

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ADA DUARTE DE OLIVEIRA

**MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE DA  
ATUAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2020

ADA DUARTE DE OLIVEIRA

**MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE DA  
ATUAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação  
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Direito.  
Orientador (a): Prof. Tamyris Madeira de Brito

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2020

ADA DUARTE DE OLIVEIRA

**MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE DA  
ATUAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação  
do Centro Universitário Leão Sampaio como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: 15/12/2020.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup>. Ma. Tamyris Madeira de Brito (Orientadora)

---

Prof. Esp. Jânio Taveira Domingos (Examinador)

---

Prof. Esp. Éverton de Almeida Brito (Examinador)

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2020

# MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Ada Duarte de Oliveira<sup>1</sup>  
Tamyris Madeira de Brito<sup>2</sup>

## RESUMO

A atuação do Ministério Público na defesa do consumidor e a amplitude de suas ações na proteção do mercado de consumo está em constante expansão, tornando-se para o campo jurídico um assunto basilar e instigante. O presente trabalho tem como objetivo analisar as bases estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação do Ministério Público, com vistas à proteção e defesa do mercado consumerista pelo órgão Ministerial. Durante a pesquisa foi utilizada a forma de abordagem qualitativa e quanto ao método a pesquisa bibliográfica, esta produzida por meio de livros de renomados autores que tratam sobre o assunto, revistas, teses e artigos científicos. De início é descrita a origem do direito do consumidor, bem como a sua evolução. Em seguida, o direito do consumidor como meio de proteção. Por último, atenta-se para o Ministério Público e o desempenho da sua função essencial à justiça, com destaque para a sua atuação, como órgão autônomo, na promoção do ordenamento jurídico, da democracia, e na defesa dos interesses coletivos *latu sensu*, trazendo legislações que regulamentam a sua atuação. Destaca-se a efetiva prática e rígida aplicação das normas de proteção ao consumidor como contribuição à proteção das relações de consumo.

**Palavras-chave:** Consumidor. Ministério Público. Código de Defesa do Consumidor. Proteção.

## ABSTRACT

The role of the Public Prosecutor in consumer protection and the breadth of his actions in protecting the consumer market is constantly expanding, making the legal field a basic and thought-provoking subject. The present work aims to analyze the bases established by the Federal Constitution and the legislation of the Public Ministry, with a view to the protection and defense of the consumer market by the Ministerial body. During the research, the qualitative approach was used and, as for the method, bibliographic research, this produced through books by renowned authors who deal with the subject, magazines, theses and scientific articles. At first, the origin of consumer law is described, as well as its evolution. Then consumer law as a means of protection. Finally, attention is paid to the Public Ministry and the performance of its essential function to justice, with emphasis on its performance, as an autonomous body, in the promotion of the legal system, democracy, and in the defense of collective interests *latu sensu*, bringing laws that regulate its performance. It seeks to highlight the effective practice and strict application of consumer protection rules as a contribution to the protection of consumer relations.

**Keywords:** Consumer. Public ministry. Consumer Protection Code. Protection.

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Discente do curso de direito da UNILEÃO. Email: adaduarte01@outlook.com

<sup>2</sup>Docente do curso de direito da UNILEÃO. Email: tamyris@leaosampaio.edu.br

A ideia de produção do presente trabalho, surge da égide de que a proteção do consumidor é consequência direta das modificações havidas nos últimos tempos nas relações de consumo, representando reação ao avanço rápido e do surgimento de uma série de fatores que acentuaram a vulnerabilidade, ou seja, a situação de desvantagem do consumidor em face do fornecedor. Diante disso, manter a aplicação das regras dos contratos regulados pelo Código Civil, acarretou um fenômeno que deixou o consumidor cada vez mais desprotegido diante das novas situações decorrentes do desenvolvimento (BOLZAN, 2017).

A entrada em vigor de uma lei de função social, traz como consequência modificações profundas nas relações juridicamente relevantes na sociedade, em especial quando esta lei, como o Código de Defesa do Consumidor, introduz um rol de princípios e direitos básicos de proteção e defesa do consumidor (BENJAMIN, MARQUES E BESSA, 2014).

Para Rogério Bastos Arantes (1999): O Ministério Público tem a possibilidade de acionar o Poder Judiciário para promover a defesa de direitos transindividuais, recentemente instituídos por lei e mais conhecidos como direitos difusos e coletivos. Entende-se, portanto, que uma das principais funções do Ministério Público é defender a sociedade, atuando em casos que os conflitos repercutem de maneira a atingir um número considerável de pessoas, como nos acidentes de consumo, em que um único fato pode desencadear graves lesões e prejuízos de cunho patrimonial e extrapatrimonial para dezenas, centenas ou até milhares de pessoas.

O objetivo principal do teor da pesquisa é refletir sobre as bases estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional que disciplinam a atuação do Ministério Público, com vistas à proteção e defesa do mercado consumerista. Evidenciar a origem e o desenvolvimento do Direito do Consumidor no cenário brasileiro, bem como, apresentar regras e princípios de proteção e defesa do consumidor. E ao final, fazer um panorama da autonomia do Ministério Público apontando a sua atuação na defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial quando se tratam de interesses oriundos das relações de consumo.

O primeiro capítulo versará sobre a inclusão da lei consumerista no Brasil, arrolando uma série de ocorrências históricas envolvendo o consumo, de forma a demonstrar a evolução dos institutos jurídicos aplicáveis à relação que envolve o consumidor.

No segundo capítulo, destacam-se regras e princípios de proteção e defesa do consumidor, com destaque para a ideia de vulnerabilidade nas relações de consumo. Este ramo jurídico, consolidou-se nos últimos dois séculos, adquirindo autonomia enquanto microssistema dentro do direito privado.

Por fim, o terceiro capítulo retrata que o Ministério Público tem sido o agente imprescindível na defesa de direitos coletivos pela via judicial, para tanto, foram editadas regras e princípios próprios e peculiares para a proteção do vulnerável na relação de consumo.

Com esta pesquisa, busca-se contribuir de forma positiva com o direito consumerista brasileiro, e em especial, para a completa e efetiva atuação do Ministério Público na defesa dos direitos do consumidor, disponibilizando não só aos membros do Parquet, mas a todos os interessados no tema, informações mínimas indispensáveis para a boa compreensão e consolidação da extensão da figura do consumidor e de suas relações jurídicas.

## **2 METODOLOGIA**

De acordo com Gil (2010, p.24) como as pesquisas se referem aos mais diversos objetos e perseguem objetivos muito diferentes, é natural que se busque classificá-las. Dessa forma, o pesquisador passa a dispor de mais elementos para decidir acerca de sua aplicabilidade na solução dos problemas propostos para investigação. Contudo, a presente pesquisa é voltada para a área de conhecimento das ciências humanas.

Quanto à natureza, classifica-se, portanto em básica pura, que são, segundo Gil (2010, p.25) pesquisas destinadas unicamente à ampliação do conhecimento, sem qualquer preocupação com seus possíveis benefícios.

No que diz respeito ao seu propósito geral, caracteriza-se em uma pesquisa descritiva, tendo como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nesta categoria (GIL, 2010, p.25).

Em relação a forma de abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois além de procurar aprofundar no tema, busca compreender a sua utilidade e aplicar no ordenamento. Para Silva (2008, p.31), “em termos genéricos, a pesquisa qualitativa pode ser associada à coleta e à observação e análise de texto (falado e escrito), e a observação direta do comportamento”.

O método adotado é o da pesquisa bibliográfica, elaborada com base em material já publicado. Realizada através de levantamento de referências teóricas já analisadas e divulgadas pelos mais diversos meios, como sites, periódicos, teses, bem como também, consultas ao Código de Defesa do Consumidor, Código Civil e a Constituição Federal.

### 3 A LEI CONSUMERISTA NO BRASIL

Registra-se que o consumo, no Brasil, se intensificou após o início de nossa industrialização, em meados da década de 1930, sendo que, já nessa época, o Estado possuía características fortemente intervencionistas na ordem econômica (SAYEG, 2004).

Para Brito Filomeno (2015), não foi por mero acaso que o movimento consumerista nasceu a partir da segunda metade do século XIX, quando nos Estados Unidos, o movimento sindical lutava por melhores condições de trabalho e poder aquisitivo dos trabalhadores. Na linha da história, portanto, o direito do trabalho precede o do consumidor. Curiosamente, em países estrangeiros como os Estados Unidos, o direito do consumidor nasceu dentro do movimento sindical, enquanto no Brasil, nasceu a partir do movimento civil organizado, sendo sedimentado pelo legislador, a partir da CF de 1988, sem que isso exclua a existência de leis esparsas anteriores de proteção à relação de consumo.

O cenário do século XX, apresenta-se de forma peculiar. Segundo Ada Pellegrini (1999), o homem deste século vive sob a égide de um novo modelo associativo: a sociedade de consumo caracterizada por inúmeros produtos e serviços, domínio de marketing e do crédito e dificuldades de acesso à justiça. Esta também é a ideia apresentada por Zygmund Bauman, na sua obra “Vida para Consumo”, tratando da modernidade sólida como etapa vivenciada na contemporaneidade, o autor alude a substituição da sociedade de produtores, pela sociedade de consumidores, pautada no consumismo.

Segundo Pedron e Caffarate (2000) foram necessárias algumas legislações para que se chegasse ao atual Código de Defesa do Consumidor, dentre elas pode-se citar a Lei 1.521/51, essa lei foi promulgada em 26 de dezembro de 1951 e é, também, conhecida como Lei da Economia Popular. Esse diploma tem como objetivo a proteção da economia, por meio da repressão às práticas que visem fraudar e lesar o consumidor, induzindo-o ao erro.

Para Fachim (2001), o sistema civil, representado pelo Código Civil, foi moldado a partir da ideia de uma “suposta igualdade” entre os sujeitos de direito, onde a cada sujeito corresponderia um direito, limitando o ciclo da pessoa humana ao nascer (começo da existência jurídica), crescer (contratar e constituir projeto parental) e morrer (fim da existência mas com efeitos jurídicos sucessórios).

A idealização do Código de Defesa do Consumidor iniciou-se antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988, por meio da constituição de comissão formada no âmbito do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, com a finalidade de elaborar um Anteprojeto de Código. Após diversos trabalhos, discussões, audiência pública e criação de

uma Comissão Mista, foi apresentado um novo texto de Projeto de Código, que culminou na promulgação da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (THEODORO JUNIOR, 2017).

O nosso constituinte previu como um direito fundamental a proteção do consumidor no art. 5º, XXXII, da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) e, ainda, em seu art. 170, V. Também foi previsto no art. 48 do Ato das Disposições Transitórias do diploma mencionado, que dentro de 120 (cento e vinte) dias a partir da promulgação da Constituição seria elaborado Código de Defesa do Consumidor (LENZA, 2018).

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:  
V - defesa do consumidor;

Assim é que Benjamin, Marques e Bessa afirmam (2014, P.35):

[...] a importância da Constituição brasileira de 1988 ter reconhecido este novo sujeito de direitos, o consumidor, individual e coletivo, e assegurar sua proteção constitucionalmente, tanto como direito fundamental no art.5.º, XXXII, como princípio da ordem econômica nacional no art. 170, V, da CF/1988.

A Constituição de 1988 representa um marco jurídico e político desse processo. Ela consolidou em norma fundamental mudanças legislativas anteriores, na área dos direitos difusos e coletivos, além de fornecer as bases para a ampliação da codificação de novos direitos transindividuais. Ela também arremessou as instituições judiciais à esfera política quando ampliou as formas de controle judicial da constitucionalidade de atos normativos do Executivo e de leis do Parlamento. Foi além nesse sentido quando retirou o Ministério Público da alçada do Poder Executivo, conferindo-lhe autonomia administrativa e independência funcional, deslocando-o da tarefa de defender o Estado para a condição de fiscal e guardião dos direitos da sociedade (ARANTES, 1999).

O constituinte brasileiro não somente incluiu a tutela dos consumidores no rol das garantias fundamentais, como emprega à sua proteção um caráter instrumental, ou seja, funcionaliza os interesses patrimoniais do consumidor à tutela de sua dignidade e aos valores existenciais. Trata-se, portanto, de tutelar a pessoa humana (considerada em uma particular situação de inferioridade em face do fornecedor) que se mostra vulnerável na relação contratual, mais do que proteger o consumidor como uma categoria ou classe privilegiada, em detrimento dos empresários (TEPEDINO, 2006).



Tratar a respeito do Código de Defesa do Consumidor é tratar sobre uma Código que inaugura um verdadeiro microssistema jurídico, por conter: (a) princípios que lhe são peculiares (isto é, a vulnerabilidade do consumidor, de um lado, e a destinação final de produtos e serviços, de outro; (b) por ser interdisciplinar, (isto é, por relacionar-se com inúmeros ramos do direito, como constitucional, civil, processual civil, administrativo, etc.); (c) por ser também multidisciplinar (isto é, por conter em seu bojo normas de caráter também variado (FILOMENO, 2015).

Nas palavras de Figueredo (2010), todas as transformações e evolução no direito do consumidor, a despeito de estarem baseadas na proteção das relações de consumo, não visam apenas à defesa dos interesses dos consumidores, mas também visam assegurar a sobrevivência do sistema capitalista no mundo globalizado com forte inspiração econômica em políticas neoliberais.

O consumismo parte da premissa de uma sociedade que interpela seus membros como consumidores e que os direciona em dois grandes grupos: o de consumidores plenos e o de consumidores falhos, distinguindo-se assim entre os que têm e os que não têm respectivamente, poder de compra/consumo (BAUMAN, 2008).

#### **4 O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO MEIO DE PROTEÇÃO**

A Constituição Federal faz referência aos direitos difusos e coletivos (inciso III do art. 81), mas não os define. Foi a Lei n. 8.078/90 que tratou de apresentar os parâmetros definidores de direito difuso e direito coletivo, e o fez no art. 81.

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I — interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II — interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III — interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

A legitimidade para o ingresso das ações coletivas, buscando a proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos é regida pela norma do art. 82 do CDC, que dispõe:

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente:

I — o Ministério Público;

II — a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

III — as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este Código;

IV — as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este Código, dispensada a autorização assemblear.

§ 1º O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 2º e 3º (Vetados.)

O Código de Defesa do Consumidor prevê, no âmbito do ressarcimento do dano ocorrido nas relações de consumo, tanto a ação individual comum, manejável pelo consumidor prejudicado, segundo as condições gerais do Código de Processo Civil, como a ação coletiva, exercitável por determinados organismos públicos ou privados em defesa do grupo de pessoas que tenham sido vítimas do mesmo tipo de lesão, dentro das características da respectiva legislação especial (THEODORO JUNIOR, 2017).

#### **4.1 Tutela individual e tutela coletiva do consumidor em juízo**

Os consumidores lesados podem, individualmente, demandar em nome próprio, ou, de acordo com a conveniência de cada um, se apadrinhar com a decisão coletiva que lhe for favorável, por isso fala-se em uma legitimidade concorrente, tendo em vista essas duas possibilidades (ZAWASCKI, 1996).

O CDC permite a proteção dos consumidores em larga escala, mediante ações individuais, contudo preconiza também a possibilidade do manejo de ações coletivas, como as ações civis públicas. É por essas ações coletivas que os grupos de consumidores atingidos poderão ser melhor protegidos. Quanto à competência da Justiça Estadual, os últimos relatórios do Justiça em Números, apontam o aumento do número de ações coletivas, quer propostas pelo Ministério Público, quer propostas pelas Associações de Defesa do Consumidor, porque começa-se a perceber que, de fato, o fundamento primordial da Lei n. 8.078/90, nas questões processuais, é exatamente este de controlar como um todo as ações dos fornecedores (NUNES, 2018).

Nesse sentido, aponta Flávio Tartuce e Daniel Amorim (2017, p. 349):

Ainda que se mantenha a conclusão de que os direitos protegidos pela tutela coletiva sejam aqueles que o legislador determinar, esperando-se, naturalmente, que se faça criterioso juízo de oportunidade e conveniência ao se incluir nessa tutela um direito de natureza individual, sob pena de desvirtuamento da tutela coletiva, é preciso reconhecer que, no momento de sua criação, era voltada exclusivamente aos direitos

transindividuais. Somente em um momento posterior passa a também tutelar os direitos individuais violados ou ameaçados por atos de grande escala (direito individual homogêneo), tendo, no tocante ao tema, papel originário o Código de Defesa do Consumidor.

A defesa individual do consumidor em juízo não mereceu do legislador o mesmo cuidado que este dispendeu para a defesa coletiva. Ainda que existam dispositivos comuns a essas duas formas de defesa, é inegável que a maior parte das normas processuais consumeristas diz respeito exclusivamente à tutela coletiva do consumidor. Tamanha a relevância do Código de Defesa do Consumidor para a tutela coletiva que o diploma legal faz parte do núcleo duro do microssistema coletivo, sendo, inclusive, aplicável a direitos coletivos lato sensu de outras naturezas que não a consumerista (NEVES, TARTUCE, 2017).

No artigo 83 do Código de Defesa do Consumidor, fica perceptível a opção do legislador por previsões esparsas, sem a criação de uma estrutura procedimental para a tutela individual do consumidor, que garante, para a defesa do direito do consumidor, individual ou coletiva, a utilização de todas as ações capazes de conceder a adequada e efetiva tutela dos interesses consagrados no referido diploma. “Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.”

Mesmo que o art. 83 não existisse, o quadro não se alteraria, porque a Constituição Federal assegura que toda ameaça ou lesão de direito possa ser levada ao Judiciário: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça ao direito” (inciso XXXV do art. 5º). Onde se conclui que já está assegurado no regime constitucional, para qualquer tipo de direito, toda espécie de ação típica ou atípica do sistema processual que possa gerar a garantia do direito ameaçado ou a reparação do direito violado (NUNES, 2018).

Naturalmente, não se desprezou nem abandonou o direito clássico, de proteção ao indivíduo, sua pessoa, seus bens e seus direitos individuais. Tudo que o homem, como pessoa central do organismo social, logrou conquistar no domínio do direito, persiste sob amparo da ordem jurídica tradicional. O que se fez foi ampliar o campo de atuação do direito para nele incluir situações coletivas que até então permaneciam à margem dos mecanismos de disciplina, garantia e sanção do direito positivo (THEODORO JUNIOR, 2017).

Reconhecendo-se a criação de um microssistema pelo Código de Defesa do Consumidor, e não havendo a criação de ações ou procedimentos específicos para a tutela individual do consumidor, é natural a constante aplicação das regras procedimentais constantes do Código de Processo Civil. O próprio art. 90 da Lei 8.078/1990 prevê essa aplicação naquilo

que não contrariar as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil (NEVES, TARTUCE, 2017).

Na visão de Humberto Theodoro Junior (2017), caracterizam-se, assim, as ações coletivas pela circunstância de atuar o autor não em defesa de um direito próprio, mas em busca de uma tutela que beneficia toda a comunidade ou grandes grupos, aos quais compete realmente a titularidade do direito material invocado.

A tutela jurisdicional coletiva, portanto, nada mais é que um conjunto de normas processuais diferenciadas (espécie de tutela jurisdicional diferenciada), distintas daquelas aplicáveis no âmbito da tutela jurisdicional individual. Institutos processuais tais como a competência, a conexão e continência, legitimidade, coisa julgada, liquidação da sentença etc., têm na tutela coletiva um trato diferenciado, variando o grau de distinção do tratamento recebido pelos mesmos institutos no Código de Processo Civil (SANTOS, 2018).

No entendimento de Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, também citado por Maselli:

O que legitima o MP a ajuizar ação na defesa de direitos individuais homogêneos não é a natureza destes mesmos direitos, mas a circunstância de sua defesa ser feita por meio de ação coletiva. A propositura de ação coletiva é de interesse social, cuja defesa é mister institucional do MP (CF, 127, caput), razão por que é constitucional o CDC 82, I, que legitima o MP a mover ação coletiva na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

No mesmo sentido, Humberto Theodoro Júnior (2017), afirma que as ações coletivas possíveis após o CDC diante da inovação criada pelo Código de Defesa do Consumidor, o horizonte das ações coletivas ampliou-se para além dos limites estabelecidos pela Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985). Desde então, três são os tipos de ações coletivas existentes entre nós: a) as relativas a direitos coletivos; b) as pertinentes a direitos difusos; e c) os referentes a direitos individuais homogêneos. Os direitos coletivos e difusos, embora definidos separadamente pelo CDC, têm em comum sua transindividualidade e indivisibilidade.

## **5 MINISTÉRIO PÚBLICO, ÓRGÃO ESSENCIAL À PROTEÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E OS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DO CONSUMIDOR**

De acordo com o que está previsto na Constituição de 1988, o Ministério Público é um órgão permanente, sendo essencial para o Estado, pois o mesmo é amplo e engloba outros Ministérios Públicos, tais como o da União e dos Estados. Em relação ao da União engloba o Ministério Público Federal, do Trabalho, Militar, do Distrito Federal e Territórios, conforme assevera Wallace Junior (2015).

Afirma Hugo Mazzilli (1998, p. 65):

O Ministério Público é instituição necessária em toda organização democrática e imposta pelas boas normas da justiça, à qual compete: velar pela execução das leis, decretos e regulamentos que devam ser aplicados pela Justiça Federal e promover a ação pública onde ela convier.

Segundo Guilherme Calmon e Abel Fernandes Gomes (1999, p.76):

O Ministério Público é, por tanto, este ser jurídico permanente, posto que extrapola o indivíduo no tempo e no espaço, e que possui vida e disciplina próprias, forças e qualidades particulares e uma vocação especial de bem servir a própria sociedade que criou. O Ministério Público é instituição tipicamente pública, organizada com a finalidade de concretizar uma das grandes aspirações da sociedade: a busca e realização da justiça.

Dispõe o artigo 129, inciso III, da CF, relacionado às funções institucionais do Ministério Público, sobre a atribuição de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.”

A Constituição de 1988 inseriu o Ministério Público no capítulo IV (“Das Funções Essenciais à Justiça”), o qual integra o Título IV (“Da Organização dos Poderes”). Durante o período Republicano, o Ministério Público foi incluído de forma distinta a cada constituição, porém a última que é a Constituição de 1988, o mesmo se encontra inserido no Capítulo IV do Título IV. Defende os interesses difusos e coletivos, conforme estabelecido na Lei de ação civil pública 7.347/85, podendo estabelecer que seja instaurado o inquérito civil, pois através das provas e elementos que são recolhidos pode ser instaurada a ação civil pública (GARCIA, 2016).

Para Arantes (1999), a consolidação constitucional de novos direitos substantivos e de instrumentos processuais antes dispersos em textos específicos foi decisiva também para o processo de legitimação do MP na sua pretensão de tornar-se agente defensor da cidadania. A partir de 1988, o Ministério Público passou a invocar a Constituição como uma espécie de

certidão de (re)nascimento institucional, suficiente para habilitá-lo a ultrapassar suas funções tradicionais e reforçar sua responsabilidade pela defesa dos direitos coletivos e sociais.

Ressalta o autor Ronaldo Porto Macedo Junior (1997), o papel do Ministério Público está diretamente ligado às novas características do Direito Social, à medida que o fundamento de intervenção do promotor de justiça no âmbito do Aparelho Judicial é o de defensor direto dos interesses sociais (sejam eles coletivos, difusos ou individuais homogêneos imbuídos de interesse social).

Em respeito ao que ensina a Constituição Federal de 1988, o legislador infraconstitucional editou a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), estabelecendo no seu artigo 25, inciso IV, alínea “a”.

Art. 25 - Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

IV - Promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

Diz o art. 127 da Constituição: "O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis." Se antes, na esteira da tradição liberal-democrática, normas programáticas tinham de ser invocadas pela sociedade no terreno da luta política, hoje, de acordo com a Constituição, elas podem e têm sido levadas aos tribunais por obra principalmente do Ministério Público. Enquanto a sua execução dependia em geral da vontade do governante, mediante os incentivos e constrangimentos próprios do processo político, agora essa execução pode ser cobrada do poder público por um órgão do próprio Estado numa instância não política de resolução de conflitos: a instância judicial (ARANTES, 1999).

Nesse sentido, Carlos Ribeiro (2010, p.88): “Tornou-se mais fácil para as associações procurar o Ministério Público, pois, além de ser gratuito, é ele dotado de meios legais para promover a investigação dos danos aos direitos coletivos através do inquérito civil, também previsto constitucionalmente.”

Para confirmar a explanação sobre a efetiva atuação do Ministério Público de acordo com os institutos já mencionados, vale a pena expor a ementa do Recurso Especial de nº 1549850 SP 2015/0194883-3, decidida em 20/02/2020, relator- Ministro Luis Felipe Salomão:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA AJUIZAR AÇÃO COLETIVA COM O PROPÓSITO DE VELAR DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE CONSUMIDORES. EXISTÊNCIA. MULTA CONTRATUAL ESTABELECIDADA APENAS EM BENEFÍCIO DA INCORPORADORA. IMPOSIÇÃO DE ESTIPULAÇÃO DA MESMA CLÁUSULA PENAL EM BENEFÍCIO DO CONSUMIDOR OU, PARA CONTRATOS PRETÉRITOS, INARREDÁVEL UTILIZAÇÃO COMO PARÂMETRO INDENIZATÓRIO. LESIVIDADE AO CONSUMIDOR. CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS PARA ENTREGA DE IMÓVEL "NA PLANTA". RAZOABILIDADE. PRETENSÃO DE QUE O ESTADO-JUIZ IMPONHA QUE SE FAÇA CONSTAR CLÁUSULA PENAL EM CONTRATOS.

INVIABILIDADE. 1. No caso concreto, há: I) direitos individuais homogêneos referentes aos eventuais danos experimentados por aqueles que firmaram contrato; II) direitos coletivos resultantes da suposta ilegalidade em abstrato de cláusula contratual de tolerância, a qual atinge igualmente e de forma indivisível o grupo de contratantes atuais da ré; III) direitos difusos, relacionados aos consumidores futuros, coletividade essa formada por pessoas indeterminadas e indetermináveis. 2. Na linha da jurisprudência do STJ, o Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública com o propósito de velar direitos difusos, coletivos e, também, individuais homogêneos dos consumidores, ainda que disponíveis. 3. No caso, o Parquet recorrente pretende o julgamento de procedência dos pedidos formulados na inicial, aduzindo que, para a obrigação do consumidor - pagamento do preço -, sempre que não haja pagamento integral à vista, o consumidor se sujeita ao pagamento de multa moratória correspondente a percentual do valor da prestação em atraso, fixada no teto legal de 2% (art. 52, § 1º, do CDC), devendo ser estabelecida em contrato a mesma cláusula penal para a ré. Esse pleito é nocivo ao consumidor, pois, evidentemente, em qualquer hipótese, limita a indenização pelo adimplemento tardio a, no máximo, 2% do preço do imóvel, o que pode não ser suficiente à reparação do dano caso o inadimplemento tenha perdurado por muitos meses. [...] Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer a legitimidade ativa do Ministério Público Estadual.

Por fim, destaca-se que o artigo 129 da Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica do Ministério Público 8.625/93 e a Lei Complementar do Estatuto do Ministério Público da União 75/93 outorgaram aos órgãos ministeriais suas responsabilidades. A partir daí, várias obrigações foram delineadas, dentre elas a providência da justiça constitucional, cujo intuito primordial é efetivar o Estado Democrático de Direito. Em tese, o Ministério Público tem a função de defender o povo, garantindo-lhe que seu direito seja resguardado em todas as esferas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De tudo o quanto foi acima exposto, conclui-se, de início, que a defesa do consumidor sofreu grandes mudanças, este ramo jurídico consolidou-se nos dois últimos séculos, adquirindo autonomia enquanto microssistema dentro do direito privado. Para tanto, foram editadas regras e princípios próprios e peculiares para a proteção do vulnerável na relação de consumo.

A relação jurídica de consumo está presente no cotidiano, relações essas, cada vez mais complexas e em grandes quantidades. Daí surge a importância dos órgãos de proteção, estes se

integram e asseguram garantias e direitos aos consumidores, já que os mesmos são dotados de vulnerabilidade frente aos fornecedores, e desta maneira necessitam de uma proteção peculiar que satisfaça seus interesses.

Ressalta-se que o direito do consumidor se encaixa no rol dos chamados direitos fundamentais. Estes direitos constituem a base axiológica e lógica do ordenamento, tendo características de indisponibilidade e intangibilidade, além da forte influência nas demais normas do sistema.

Os direitos fundamentais são direitos básicos de sobrevivência digna a todas as pessoas, figurando atualmente entre eles, o direito do consumidor como tutela de uma necessidade humana básica na atualidade, consumir. Mister salientar que, os direitos fundamentais (incluindo o do consumidor) não devem garantir apenas a subsistência, devem assegurar sobrevivência qualificada ou qualidade de vida. Estes direitos acompanharam a evolução do Estado, assim também se deu com o direito do consumidor, considerado direito fundamental de 3ª geração.

Neste cenário, o direito do consumidor brasileiro afirma-se cada vez mais, como resposta à ideia de igualdade formal do direito civil, para a construção de um microssistema que se privilegia a igualdade material.

Em suma, a Atuação do Ministério Público é fundamental na defesa dos consumidores, pois os direitos dos consumidores é garantia legal que está previsto na Lei do consumidor, 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O presente artigo, que contou com um estudo baseado em uma vasta literatura, pode-se concluir que a atuação do Ministério Público nas relações de consumo, tornou-se um tema de grande relevância na atualidade, pois vários foram os pontos debatidos ao longo do trabalho que oportunizaram uma reflexão da necessidade de sua atuação nas relações consumeristas.

Por fim este estudo reforça a importância dos órgãos existentes de proteção ao direito do consumidor e a autonomia do Ministério Público, pois garantem a aplicação e manutenção dos direitos previstos no ordenamento jurídico, bem como promove a disseminação da informação e educação para o consumo.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a Defesa dos Direitos Coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.39, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100005&script=sci_arttext)> Acesso em: 25 mai.2020.



BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

BENJAMIN, Antonio Herman V. Manual de direito do consumidor. Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques. Leonardo Roscoe Bessa. 6ª ed. **rev, atual. e ampl.** São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2014.

BOLZAN, Fabricio. **Direito do Consumidor Esquematizado**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. **Código de defesa do consumidor**. Lei 8.078 de 11/09/90. Brasília, Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm)>. Acesso em 15/10/2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2020: ano-base 2019**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/jn-2020.pdf>. Acesso em: 21/11/2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 11/09/2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº LEI Nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993**. Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. [S. l.], 12 set. 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8625.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8625.htm). Acesso em: 2 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1549850**. Quarta Turma. Relator Ministro Luís Felipe Salomão. Brasília, DF. Julgado em 20 de fevereiro de 2020. Publicado no Diário da Justiça de 19 de maio de 2020.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FACHIM, Luiz Edson. **Teoria crítica do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FIGUEREDO, Alcio Manoel de Souza. **Defesa do consumidor: Estudo das ações coletivas nos Estados partes do Mercosul**. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8073](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8073)>. Acesso em 24/09/2020.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira. **O Companheirismo: uma espécie de família**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do Consumidor**. 10ª ed. Salvador: Juspodum, 2016.

GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Código brasileiro de defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 22ª ed., São Paulo, Saraiva, 2018.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. Evolução Institucional do Ministério Público Brasileiro. In **Ministério Público: Instituição e Processo**. São Paulo: Atlas. 1997.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. **Ministério Público: a Constituição e as leis orgânicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses**. 10. ed. **rev, atual. e ampl.** São Paulo: Saraiva, 1998.

NERY JR., Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Civil em Vigor**. 3ª edição. São Paulo: RT. 1997.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor: Direito material e processual**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

NUNES, Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 8ª ed. São Paulo. Saraiva. 2018.

PEDRON, Flávio Barbosa Quinaud; CAFFARATE, Viviane Machado. **Evolução Histórica do Direito do Consumidor**. Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP. Publicado em: 05/2000. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/687/evolucao-historica-do-direito-do-consumidor>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

RIBEIRO, Diaulas Costa. **Ministério Público, Dimensão Constitucional e Repercussão no Processo Penal**. São Paulo, Saraiva, 2010.

SAYEG, Ricardo Hasson. **O Capitalismo Humanista no Brasil**, 2008. Capítulo de Livro (Aceito para Publicação Conjunta no Exterior) PUC/SP. São Paulo.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses**, 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

TEPEDINO, Gustavo. Premissas metodológicas para a constitucionalização do direito privado. In: **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Direitos do consumidor**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

THIAGO, Carvalho Santos. **O Direito do Consumidor em Juízo**, 2018. Disponível em <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-do-consumidor/4273/o-direito-consumidor-juizo>. Acesso em 10/10/2020.

ZAVASCKI, Teori Albino. Ministério Público, ação civil publica e defesa de direitos individuais homogêneos. **Revista forense**, v.92, n.333, p.123-137. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/79058192.pdf>.> Acesso em: 09 de maio de 2020.